

Notas e informações**Pensar grande**

“Não deixarei que o País se acabe”, declarou o presidente José Sarney. A frase é pelo menos infeliz, proferida provavelmente em algum momento de depressão, mas serve para intranquilizar os brasileiros. Conforta-os, entretanto, a certeza de que este país jamais acabará. O que se quer é levá-lo mais depressa à realização de seu destino, ocupando o lugar importante que lhe cabe no concerto das nações, graças não só à sua privilegiada situação geográfica, integrado que está no Ocidente, mas sobretudo à conquista de estágios adiantados de desenvolvimento e bem-estar social.

Espera-se do substituto e eventual sucessor do presidente eleito que se desdobre no exercício da função que lhe tocou, por força dos desígnios insondáveis da Providência. Qualquer político que alimente a justa ambição de atuar com destaque crescente na vida pública deve considerar a perspectiva de desempenhar missões relevantes de governo. Trata-se de ambição legítima, se se fundamentar no propósito de servir, de trabalhar em benefício do bem comum. Ao sr. José Sarney, que sempre foi patético, não há de ter passado despercebida a visão de vãos mais altos no cenário nacional. Legislador, presidente de partido em período pobre de valores no Congresso e no Executivo, a familiaridade com o poder nunca lhe seria incômoda. Pois bem, por fatores que não caberia esmiuçar neste comentário, o poder chegou-lhe às mãos, em grave instante. Cumpra a ele revelar-se e mostrar a todos que o acaso com que foi distinguido merece ser festejado, nunca lamentado pelos brasileiros.

Entretanto, a intenção de deter a Presidência da República a fim de impedir que o País malogre, tão-somente,

é sombria. Por que não ocupar o cargo para propiciar ao Brasil dias melhores, traduzidos no ideal de construir a sociedade justa para o homem livre, aspiração genuína de quantos sonham com um futuro melhor, mais digno, mais próspero, mais justo, mais humano? Será querer demais reclamar do vice-presidente no exercício da Presidência da República que, se esta lhe couber, sobrevivendo a vacância prevista no artigo 77 da Constituição, a exerça para engrandecê-la e transformá-la em instrumento de redenção dos males que assolam o povo?

A tanto só se chegará se ele demonstrar vontade firme e coragem (que pode ser aquela “coragem blindada de frieza” a que se referiu Euclides da Cunha) para enfrentar os desafios que o aguardam — aliás, nada insignificantes, mas plenamente previsíveis para quem foi candidato à Vice-Presidência na chapa da Aliança Democrática e não desconhecia o texto constitucional. Registre-se, a bem da verdade e para fazer justiça a todos os que concorreram para tal resultado, que em pouco mais de um mês alguma coisa já mudou, para melhor, na República; e é indispensável que continue mudando. Só os aproveitadores profissionais e os que, de algum modo, colheram vantagens do ilícito até 15 de março último não anseiam por ver o passado recente bem distante, sem que os vícios e as deformações dele transbordem para o presente e acabem influenciando no futuro. Compreenda, pois, o presidente em exercício que suas obrigações atuais vão muito além da intenção modesta de preservar o Brasil.

Se o sr. José Sarney tiver de arcar com os ônus inerentes à chefia permanente do governo, haverá de recompor, ao menos parcialmente, o Ministério. Ninguém de bom senso supõe que to-

dos os integrantes do mais alto escalão administrativo, escolhidos pelo presidente eleito, seriam aqueles que seu substituto recrutaria para atendê-lo como auxiliares imediatos. Logo, não se trata de dizer que ele exercitará o direito de escolher alguns novos ministros: trata-se, sim, de reconhecer que essa escolha corresponde a satisfazer obrigação; e, na posição em que se encontrará então, titular da Presidência da República, não lhe competirá renunciar ao cumprimento de deveres.

Entre tais deveres avulta o de convocar a Assembléia Nacional Constituinte, compromisso solene do sr. Tancredo Neves e reivindicação sentida da imensa maioria do povo. Ponha s. exa. o melhor de si na execução dessa nobre tarefa: coordene as forças políticas, obtenha o *quorum* necessário à aprovação, no Congresso, da mensagem que enviar, afeiçoe a convocação à legislação vigente, e esteja certo de que contará com o reconhecimento e o apreço da Nação. Quanto a esta, cabe lembrar, para remate, que em etapas difíceis de sua História já foi favorecida com o aparecimento de homens de Estado que souberam fazê-la superar obstáculos aparentemente intransponíveis e reconciliá-la com seus objetivos permanentes. Todos só teriam a ganhar se o sr. José Sarney encarnasse, agora, o espírito desses estadistas, entre os quais se poderiam citar, no Império, Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, e Zacarias de Góes e Vasconcellos; e, na República, Rodrigues Alves e Castello Branco. Para tanto, assinale-se porém, não lhe compete *pensar pequeno*, mas querer o que for melhor e o que for superior — para o Brasil e para os brasileiros. É especialmente nas horas de crise que os governantes precisam *pensar grande*.